



NEOENERGIA LAGOA DOS PATOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.439.014/0001-25 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

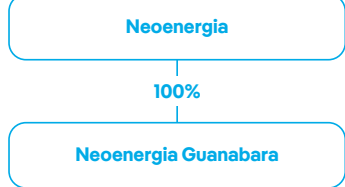
Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2024, a Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA LAGOA DOS PATOS TRANSMISSÃO DE ENERGIAS.A.

A Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeto, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:

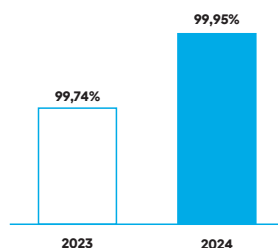


2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, compostas pela terceiro circuito da Linha de Transmissão Povo Novo - Guaíba 3, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 245,7 km, com origem na Subestação Povo Novo e término na Subestação Guaíba 3; pelo primeiro circuito da Linha de Transmissão Capivari do Sul - Siderópolis 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 251,5 km, com origem na Subestação Capivari do Sul e término na Subestação Siderópolis 2; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Livramento 3 - Santa Maria 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 244,5 km, com origem na Subestação Livramento 3 e término na Subestação Santa Maria 3; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Siderópolis 2 - Forquilha, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 27,6 km, com origem na Subestação Siderópolis 2 e término na Subestação Forquilha; pelo Compensador Sincrono na SE Marmeleiro, em 525 kV, -90/+150 Mvar; pelo Compensador Sincrono na SE Livramento 3, em 230 kV, -90/+150 Mvar.

Em 2024, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,95% (99,74% em 2023). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.

Nos últimos dois anos, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	3	191.113	(26.656)
Custos		(66.744)	(193.887)
Custos de construção	4	(54.351)	(190.609)
Custos de operação	5	(12.393)	(3.278)
Lucro bruto (prejuízo)		124.369	(220.543)
Perda de crédito esperadas	9	109	(350)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(3.394)	(4.146)
Lucro (prejuízo) operacional		121.084	(225.039)
Resultado financeiro	6	(75.046)	(80.806)
Receitas financeiras		3.514	15.273
Despesas financeiras		(24.751)	(13.231)
Outros resultados financeiros, líquidos		(53.809)	(82.848)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		46.038	(80.845)
Tributos sobre o lucro	7.1	(15.553)	104.099
Diferido		(15.553)	104.099
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		30.485	(201.746)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	30.485	(201.746)
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	175	(1.454)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(60)	494
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	115	(960)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	115	(960)
Resultado abrangente do exercício	30.600	(202.706)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	558.260	-	-	(1.044)	(46.068)	511.148
Aumento de Capital	191.000	-	-	-	-	191.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.485	30.485
Outros resultados abrangentes (nota 16.2.a)	-	-	-	115	-	115
Saldos em 31 de dezembro de 2024	749.260	-	-	(929)	(15.583)	732.748
Saldos em 31 de dezembro de 2022	558.260	8.118	147.560	(84)	(201.746)	712.148
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(960)	(960)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Absorção do prejuízo do exercício:						
Absorção do prejuízo do exercício (nota 16.2)	-	(8.118)	(147.560)	-	155.678	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	558.260	-	-	(1.044)	(46.068)	511.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, compostas pela terceiro circuito da Linha de Transmissão Povo Novo - Guaíba 3, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 245,7 km, com origem na Subestação Povo Novo e término na Subestação Guaíba 3; pelo primeiro circuito da Linha de Transmissão Capivari do Sul - Siderópolis 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 251,5 km, com origem na Subestação Capivari do Sul e término na Subestação Siderópolis 2; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Livramento 3 - Santa Maria 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 244,5 km, com origem na Subestação Livramento 3 e término na Subestação Santa Maria 3; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Siderópolis 2 - Forquilha, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 27,6 km, com origem na Subestação Siderópolis 2 e término na Subestação Forquilha; pelo Compensador Sincrono na SE Marmeleiro, em 525 kV, -90/+150 Mvar; pelo Compensador Sincrono na SE Livramento 3, em 230 kV, -90/+150 Mvar. A Companhia apresentou capital circulante negativo nos exercícios de 2024 e 2023, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, quando necessário. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R\$ 100.474 (R\$ 72.003 para o ciclo 2023/2024), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 22/03/2019. A Companhia apresentou prejuízo em 2023, assim como fluxo de caixa operacional negativo em 2024 e 2023. Diante disso, a Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses. Caso necessário, os acionistas poderão ser capazes de realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

1.1. Gestão de risco financeiro e operacional: As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A., compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposta o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Diretoria de Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1. Gestão de riscos financeiros e mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda

3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 525 kV Capivari do Sul - Siderópolis 2	1	525kV	251,5	-	Sem previsão	22/03/2049
LT 525 kV Povo Novo - Guaíba 3	1	525kV	245,7	304	14/08/2023	22/03/2049
LT 230 kV Livramento 3 - Santa Maria 3	1	230kV	244,5	-	23/04/2023	22/03/2049
LT 230 kV Siderópolis 2 - Forquilha	1	230kV	27,6	-	14/06/2023	22/03/2049

3.2. Subestação em operação

Subestação - Características Físicas						
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE 525 kV Marmeleiro Sincrono	-	525kV	-	304	07/02/2023	22/03/2049
SE 230 kV Livramento 3 Sincrono	-	230kV	-	304	16/03/2023	22/03/2049

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R\$100.474 mil (R\$72.003 mil para o ciclo 2023/2024), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Linhas de Transmissão e Subestações em operação - Características Financeiras

Linha de Transmissão/Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degradação RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 525 kV Capivari do Sul - Siderópolis 2	-	-	-	-	IPCA
LT 525 kV Povo Novo - Guaíba 3	-	-	-	-	IPCA
LT 230 kV Livramento 3 - Santa Maria 3	100%	100.474	2029	Junho	IPCA
LT 230 kV Siderópolis 2 - Forquilha	-	-	-	-	IPCA
SE 525 kV Marmeleiro Sincrono	-	-	-	-	IPCA
SE 230 kV Livramento 3 Sincrono	-	-	-	-	IPCA

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	30.485	(201.746)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	339	301
Tributos sobre o lucro	15.553	(104.099)
Resultado financeiro, líquido	75.046	80.806
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(2.388)	(11.698)
Estoques	(7.669)	(82.345)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(100.145)	104.450
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(14.286)	(20.045)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(410)	(1.462)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	13.524	(14.904)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(348)	(1.839)
Outros ativos e passivos, líquidos	(16.036)	57.754
Caixa consumido nas operações	(6.335)	(194.827)
Encargos de dívidas pagas	(5.904)	(13.864)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(70.785)	(120.206)
Rendimentos de aplicações financeiras	2.865	15.369
Pagamento de juros - Arrendamentos	(65)	-
Caixa consumido nas atividades operacionais	(80.221)	(313.528)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.524)	(600)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(1.524)	(600)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	648.200
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(259.247)	(610.305)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	(38.499)	-
Pagamento de principal - Arrendamentos	(535)	-
Aumento de capital	191.000	-
Múltiplos recebidos (aplicados)	217.516	715.854
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	110.235	37.895
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	28.490	(276.233)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.423	292.656
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	44.913	16.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2024	2023	Variação	
	R\$	R\$	R\$	%
Receita líquida	191.113	(26.656)	217.769	-817%
MARGEM BRUTA	191.113	(26.656)	217.769	-817%
Custos de construção	(54.351)	(190.609)	136.258	-71%
Custos dos serviços	(12.141)	(3.006)	(9.135)	304%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(3.307)	(4.117)	810	-20%
= Despesa Operacional	(69.799)	(197.732)	127.933	-65%
PECLD	109	(350)	459	-131%
EBITDA	121.423	(224.738)	346.161	-154%
Depreciação	(339)	(301)	(38)	13%
Resultado Financeiro	(75.046)	(80.806)	5.760	-7%
IR/CS	(15.553)	104.099	(119.652)	-115%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)	30.485	(201.746)	232.231	-115%

A Margem Bruta da Companhia no ano foi de R\$ 191.113 mil, -817% vs. 2023 e -R\$ 69.799 mil, -65% vs. 2023, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior, explicada pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em -R\$ 121.423 mil, redução de 154%, em relação ao ano de 2023.

O Resultado Financeiro líquido foi negativo em R\$ -75.046 mil em 2024 (-7% vs. 2023), devido principalmente a contratação de novos financiamentos em 2023 e à despesa com encargos financeiros, impactada pela variação do IPCA em relação ao ano anterior.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2024 de R\$ 30.485 mil vs. R\$ -201.746 em 2023.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida bruta da Companhia, incluindo debentures e encargos, foi de R\$ 417.580 mil (dívida líquida R\$ 339.582 mil), apresentando uma redução de 34% em relação a dezembro de 2023, quando a dívida bruta foi de R\$ 629.087 mil (dívida líquida R\$ 683.681 mil).

Em relação a segregação do saldo devedor, a Companhia possui 100% da dívida contabilizada no curto prazo.

DISCLAIMER

Este documento foi preparado pela Neoenergia Lagoa dos Patos, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Lagoa dos Patos e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Lagoa dos Patos.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Lagoa dos Patos sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	44.913	16.423
Contas a receber de clientes e outros	9	14.094	11.699
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	33.085	-
Tributos sobre o lucro a recuperar		610</	



data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância segurada
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	149.969
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	100.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	149.969
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000
Seguro Garantia	22/03/2019 a 18/04/2025	60.750
Responsabilidade Civil Geral - Construção	08/05/2023 a 14/06/2025	30.000
Risco de Engenharia	31/05/2023 a 14/06/2025	399.713
Empresarial	10/07/2024 a 10/07/2025	74.223

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão, emissão evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 17 de fevereiro de 2025. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo reavaliadas periodicamente pela Administração. Adicionalmente, apenas os valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
9.1	Perdas de créditos esperadas
13.3	Instrumentos financeiros derivativos
14	Provisão para processos judiciais

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/CPC 26: Apresentação das demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas os covenants cujo cumprimento é obrigatório longo do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (Safe and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, Reverse factoring, Confirming e/ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBOI).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBOI) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relacionados a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG+ ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtópicos de despesas e receitas são aplicados de forma consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente tornará-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS Accounting Standards para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 Consolidated Financial Statements e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2024	2023
Construção de infraestrutura da concessão ¹⁾	69.512	(183.983)
Remuneração do ativo contratual	135.459	149.315
Receita de operação e manutenção	6.374	3.021
Ganho (perda) na RAP	1.843	3.102
Receita operacional bruta	213.188	(28.545)
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(22.075)	1.889
Receita operacional líquida	191.113	(26.656)

¹⁾ A variação na receita com construção de infraestrutura da concessão refere-se ao *overrun* de Capex e postergação do recebimento da RAP, em decorrência de atrasos no processo de licenciamento ambiental por conta dos efeitos da pandemia.

3.1. Deduções da receita bruta

	2024	2023
Tributos gerais		
PIS e COFINS - correntes	(11.237)	(6.300)
PIS e COFINS - diferidos	(9.481)	8.940
	(20.718)	2.640
Encargos Setoriais		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(981)	(611)
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica - TFSEE	(376)	(140)
	(1.357)	(751)
Total	(22.075)	1.889

3.2. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 10 para mais informações). A Receita Anual Permissiva (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: i. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16% a.a. e 7% a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5% a.a. e 11,0% a.a.

4. CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

	2024	2023
Pessoal e benefícios a empregados	(4.674)	(11.782)
Material	(11.078)	(21.210)
Serviços de terceiros	(40.936)	(47.232)
Outros	2.337	(10.385)
Total	(54.351)	(190.609)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024		2023	
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(3.989)	(1.786)	(5.775)	(5.775)
Serviços de terceiros	(5.546)	(1.147)	(6.693)	(6.693)
Depreciação e amortização	(252)	(87)	(339)	(339)
Provisão para processos judiciais	-	(5)	(5)	(5)
Impostos, taxas e contribuições	(27)	(9)	(36)	(36)
Outras receitas e despesas, líquidas	(2.579)	(358)	(2.937)	(2.937)
Total	(12.393)	(3.394)	(15.787)	(15.787)

	2024		2023	
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(1.441)	(2.897)	(4.338)	(4.338)
Serviços de terceiros	(686)	(644)	(1.330)	(1.330)
Depreciação e amortização	(272)	(29)	(301)	(301)
Provisão para processos judiciais	-	(103)	(103)	(103)
Impostos, taxas e contribuições	(56)	(23)	(79)	(79)
Outros	(450)	(450)	(900)	(900)
Total	(3.278)	(4.146)	(7.424)	(7.424)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.868	15.369
PIS e COFINS sobre receita financeira	(187)	(759)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	7	-
Atualização de depósitos judiciais	825	637
Outras receitas financeiras	1	25
	3.514	15.273

	2024	2023
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(6.354)	(12.557)
Encargos sobre mútuo	(13.912)	(550)
Atualização de provisões para processos judiciais	(500)	(500)
IOF	(3.628)	(135)
Outras despesas financeiras	(607)	(539)
	(24.751)	(13.231)

	2024	2023
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	(82.112)	-
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	33.869	79.812
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(89.195)	(178.416)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	83.838	16.190
Perdas com variações cambiais e monetárias	(531)	(721)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	322	287
	(53.809)	(82.848)
	(75.046)	(80.806)

Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
7.1. Tributos sobre o lucro:		

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	46.038	(305.845)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação 34%	(15.653)	103.987
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Outras adições (reversões) permanentes	100	112
Tributos sobre o lucro	(15.553)	104.099
Alíquota efetiva	34%	34%
Diferido	(15.553)	104,099

	IR/CSLL
2024	70.137
2023	57.527

Prejuízo fiscal
Provisão para participação nos lucros e resultados
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato
Outros

	238	241
	(63.768)	(34.508)
	2.272	1.232
Total diferenças temporárias - ativo	8.879	24.492
Saldo final do exercício	8.879	24.492
Ativo não circulante	8.879	24.492

As variações dos tributos diferidos ativos e passivos são as seguintes:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	24.492	(80.101)
Efeitos reconhecidos no resultado	(15.553)	104,099
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(60)	494
Saldo final do exercício	8.879	24.492

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, além baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2038 em diante
Ativo fiscal diferido	8.879

7.1.3. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher**

	2024	2023
Programa de Integração Social - PIS ¹⁾	22.112	20.406
Contribuição para o Financiamento da Seguridade social - COFINS ¹⁾	101.855	93.996
Outros	15.478	13.955
Outros tributos a recolher	139.445	128.357
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	480	175
Outros	147	129
Encargos Setoriais	627	304
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	140.072	128.661
Passivo circulante	9.303	7.678
Passivo não circulante	130.769	120.983

¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	-	133
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	1.601
Fundos de investimento	44.913	14.689
	44.913	16.423

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,9% do CDI (100,5% em 31 de dezembro de 2023). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2024	2023
Fundos exclusivos		
Operações comprometidas	44.913	14.689
	44.913	14.689

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico contratados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024		2023	
	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas



de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. **Estimativa e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada nas notas 18.2 e 18.8, respectivamente.

14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2024	2023
Provisão para processos judiciais cíveis	17.741	15.924
Provisão para obrigações ambientais ⁽ⁱ⁾	8.595	8.033
	26.336	23.957
Não circulante	26.336	23.957

(i) Refere-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de operação. **14.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.924	
Adições e reversões, líquidas	(340)	
Atualizações monetárias	2.157	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.741	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.987	
Adições e reversões, líquidas	(229)	
Atualizações monetárias	1.166	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.924	

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos cíveis ⁽ⁱ⁾	4.738	2.262
Processos trabalhistas ⁽ⁱⁱ⁾	2.160	3.640
Processos fiscais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	42	32
	6.940	5.941

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos cíveis:** Refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (ii) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação e reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. (iii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	14.224	13.653
Processos fiscais	9.174	8.572
	23.398	22.225

14.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

15. CONTAS A PAGAR DE OPERAÇÕES DE MÚTUO

A composição do saldo refere-se, basicamente, ao contrato de mútuo entre partes relacionadas que a Companhia firmou com a Neoenergia S.A. O contrato de mútuo é atualizado pela taxa de juros de CDI+1%, com vencimento em maio de 2025.

	2024		Total
Partes Relacionadas	Principal	Encargos	
Neoenergia S.A.	203.604	13.912	217.516

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$749.260 (R\$ 558.260 em 31 de dezembro de 2023) sendo R\$749.260 integralizado e R\$ 249.000 a integralizar, dividido em 998.259.526 ações ordinárias (998.259.526 ações em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações		R\$
	Qtde.	%	
Neoenergia S.A.	998.260	100%	749.260
Total	998.260	100%	749.260

Remuneração do acionista: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. Conforme artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia não distribuiu dividendo mínimo obrigatório, considerando o lucro líquido do exercício não ter sido realizado em caixa ou equivalentes de caixa. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	30.485	(201.746)
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros a realizar	-	147.560
Absorção do prejuízo do exercício com reserva legal (Absorção) constituição de prejuízo acumulado	(30.485)	46.068
Lucro líquido a distribuir	-	-

a) Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa de (R\$ 929) em 31 de dezembro de 2024

(R\$1.044) em 31 de dezembro de 2023). **16.2. Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A prestação aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos; (iv) mútuos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **17.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	Subsidiárias da Neoenergia	
	2024	2023
Ativo		
Contas a receber e outros ^(a)	2.272	1.208
	2.272	1.208
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar ^(b)	497	889
Compartilhamento de pessoal	217.512	196
	218.009	1.085

17.2. Transações com partes relacionadas:

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2024	2023
Receita operacional líquida ^(a)	12.446	7.638
Custo dos serviços ^(b)	(2.860)	(7.361)
Despesas gerais e administrativas	(317)	(1.912)
Resultado financeiro, líquido ^(c)	(13.912)	-
	(4.643)	(1.635)

17.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/Resultado (Passivo) do exercício	
						CA	VJ
(a)	Norte Energia	TUST	IPCA	25 anos	2048	1.428	4.041
(a)	Neoenergia Coelba	TUST	IPCA	25 anos	2048	290	2.707
(a)	Neoenergia Elektro	TUST	IPCA	25 anos	2048	248	2.209
(b)	Elektro O&M	O&M	IPCA	5 Anos	2028	(497)	(2.860)
(c)	Neoenergia S.A.	Contrato de Mútuo	CDI +1,00%	1 ANO	2025	(217.516)	(13.912)

17.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023	
	CA	VJORA	VJR	CA
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	44.913	1.734
Contas a receber de clientes e outros	14.335	-	-	12.049
Instrumentos financeiros derivativos	-	33.085	-	-
Outros ativos financeiros	2.189	-	-	23
	16.524	33.085	44.913	13.806

	2024		2023	
	CA	VJORA	VJR	CA
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	16.092	-	-	30.326
Empréstimos e financiamentos	417.580	-	-	629.087
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	71.017
Passivo de arrendamento	196	-	-	731
Outros passivos financeiros	228.149	-	-	24.360
	662.017	-	-	684.504

CA – Custo amortizado; VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; VJR – Valor justo por meio do resultado.

18.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.8 – análise de sensibilidade. **18.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2024	2023
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	44.913	14.689
Instrumentos financeiros derivativos	33.085	-
	77.998	14.689
Passivos financeiros		
Instrumentos financeiros derivativos	-	71.017
	-	71.017

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **18.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos

ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	417.580	414.478	629.087	602.600

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **18.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. • Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6. Métodos e técnicas de avaliação:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **18.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2024 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurados a fluxo de caixa:

Swap JPY pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	¥10.595.672	¥18.403.812		17.589	32.952
Passivo	R\$383.721	R\$699.214	2024-2025	(384.504)	(703.969)
Risco de crédito líquido				33.085	(71.017)

18.8. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024. - **Cenário Provável:** Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)		Impacto Cenário (II)		Impacto Cenário (III)	
				Nocial	Provável	Cenário (II)	Cenário (III)		
Dívida em lene				(417.580)	(428.425)	(64.264)	(128.528)		
Swap Ponta	IENE (JPY)	Alta do lene	0,038						
Ativa em lene				417.589	428.434	64.266	128.531		
Exposição Líquida				9	9	2	3		

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)		Impacto Cenário (II)		Impacto Cenário (III)	
				Nocial	Provável	Cenário (II)	Cenário (III)		
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	44.913	5.457	(819)	(1.637)		
Passivos financeiros									
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	12,15%	(384.504)	(58.677)	(8.802)	(17.603)		

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA	
Fabiano Uchoas Ribeiro Diretor Presidente	Luciana Maximino Maia Diretora
CONTADORA	
Rachel Alves Pascale CRC-RJ-Nº 115915/O-3	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e